REVISTA MUBECAST VOL.01

REVISTA MUBE

MUST Business Ecosystem

VAMOS CONVERSAR SOBRE ESG?

Um encontro com 10 especialistas em ESG para uma discussão sobre o presente e futuro do ESG no mundo dos negócios.

UM OLHAR SOBRE A COP30

Apresentamos um resumo sobre a COP30 e o futuro da sustentabilidade no planeta.

INTRODUÇÃO

A primeira edição da Revista MUBE nasce como um espaço de diálogo, reflexão e construção de conhecimento sobre os grandes desafios que atravessam o cenário contemporâneo dos negócios, da sustentabilidade e da inovação. Em um contexto marcado por transformações aceleradas, avanços tecnológicos e novas demandas sociais, esta edição reúne especialistas, pesquisadores e profissionais que compartilham diferentes perspectivas sobre ESG, governança corporativa, sustentabilidade, transformação digital e os impactos da COP30 no futuro das organizações e da sociedade.

Mais do que apresentar conteúdos acadêmicos e análises estratégicas, a Revista MUBE busca aproximar universidade, mercado e sociedade, promovendo conexões entre teoria e prática por meio de debates relevantes e experiências inspiradoras. Nesta edição inaugural, os leitores encontrarão discussões sobre governança climática digital, responsabilidade social, sustentabilidade corporativa, impacto financeiro das mudanças climáticas e os desafios da implementação de práticas ESG em diferentes contextos organizacionais. Além disso, a série especial MUBEcast amplia essa experiência ao trazer entrevistas e reflexões com profissionais reconhecidos nacional e internacionalmente.

Convidamos você a navegar por estas páginas com olhar crítico, curioso e inovador, explorando ideias que não apenas interpretam o presente, mas também provocam reflexões sobre o futuro dos negócios, da educação e da sustentabilidade global. Que esta primeira edição da Revista MUBE seja o início de uma jornada contínua de aprendizado, inspiração e transformação.

Equipe Editorial / Organizadores:
Carlos Gustavo Lopes da Silva
Carolina Splendore
Debora Ornellas Almeida
Marcos Crivelaro
Vinicius dos Santos
Design Gráfico:
Gabriel Araújo

COP 30

Expectativas e Realidade

por: Marcos Crivelaro

Pela primeira vez, a maior conferência climática do planeta ocorreu no coração da Amazônia. Para analistas de políticas públicas, economia sustentável e governança ESG, a COP30 representava não apenas mais uma rodada diplomática, mas um possível ponto de inflexão na arquitetura da governança climática internacional.

Expectativas estruturais antes da COP30

Antes da realização da conferência, três grandes expectativas dominaram o debate internacional.

A **primeira** estava associada à necessidade de acelerar a implementação prática do Acordo de Paris, firmado durante a Paris Agreement na COP21. Muitos analistas defendiam que a COP30 deveria marcar a transição definitiva entre compromissos diplomáticos e execução econômica concreta, sobretudo no que se refere às metas nacionais de redução de emissões (NDCs) e à criação de mecanismos de monitoramento mais robustos.

A **segunda** expectativa dizia respeito ao financiamento climático internacional.

Países em desenvolvimento pressionavam por um aumento substancial dos fluxos financeiros provenientes de economias avançadas, com foco em adaptação climática, preservação florestal e transição energética.

A **terceira** expectativa estava diretamente ligada à governança da Amazônia. A escolha de Belém como sede da conferência foi interpretada como um gesto simbólico e político:

colocar a maior floresta tropical do planeta no centro do debate climático global. Esperava-se que a COP30 resultasse em compromissos concretos de financiamento para preservação florestal, desenvolvimento sustentável regional e fortalecimento das economias bioindustriais amazônicas.

O que efetivamente emergiu do processo diplomático

No entanto, como ocorre frequentemente nas grandes negociações multilaterais, os resultados práticos da conferência refletem tanto avanços institucionais quanto limitações estruturais do sistema internacional.

No campo diplomático, a COP30 contribuiu para consolidar a agenda climática como eixo central da governança econômica global. Diversos países atualizaram suas metas de redução de emissões e ampliaram compromissos de neutralidade de carbono para as próximas décadas. Contudo, persistiram divergências significativas entre países desenvolvidos e emergentes quanto ao ritmo e ao financiamento da transição energética.

Em relação ao financiamento climático, observou-se avanço moderado, mas aquém das expectativas iniciais. Embora novos mecanismos de financiamento tenham sido anunciados, muitos especialistas destacaram a distância entre os compromissos declarados e os recursos efetivamente mobilizados. Essa lacuna reforça um desafio recorrente nas negociações climáticas: transformar promessas políticas em fluxos financeiros reais.

No caso específico da Amazônia, a conferência produziu iniciativas relevantes voltadas à bioeconomia, conservação florestal e cooperação científica internacional. Ainda assim, analistas ressaltam que os resultados dependem fortemente da capacidade de implementação nacional e da continuidade de investimentos de longo prazo.

Implicações para a agenda ESG global

Do ponto de vista da agenda Environmental Social Governance, a COP30 reforçou uma tendência observada na última década: a integração entre políticas ambientais, mercados financeiros e estratégias corporativas. Grandes investidores institucionais, bancos multilaterais e empresas globais passaram a incorporar

metas climáticas com maior rigor em suas estruturas de governança.

Entretanto, também ficou evidente que a transição para uma economia de baixo carbono não depende apenas de compromissos políticos ou pressões regulatórias. Ela exige profundas transformações nos sistemas produtivos, nos modelos de investimento e nas cadeias globais de valor.

Considerações finais

A COP30 pode ser interpretada como um marco simbólico na história da governança climática internacional, especialmente por deslocar o centro das discussões ambientais para a Amazônia, uma das regiões mais estratégicas do planeta em termos de biodiversidade, equilíbrio climático e preservação dos recursos naturais.
Ao sediar a conferência em território amazônico, o evento ultrapassa a dimensão diplomática tradicional e assume um forte significado político, social e ambiental, evidenciando a urgência das mudanças climáticas e a necessidade de ações globais mais efetivas.

Nesse contexto, a Amazônia deixa de ser apenas um símbolo ecológico e passa a ocupar posição central nas negociações internacionais sobre sustentabilidade, desenvolvimento e justiça climática.

COP 30

O Impacto Financeiro das Mudanças Climáticas

por: Vinicius Pereira dos Santos

A COP 30, realizada no Brasil em novembro de 2025, consolidou uma verdade inescapável: as mudanças climáticas não são apenas uma questão ambiental—são uma ameaça financeira de magnitude sistêmica. Os debates da conferência demonstraram que a inação climática possui um custo econômico extraordinário que afeta governos, corporações e cidadãos de forma desigual.

O Déficit Financeiro Global

Um dos pontos centrais debatidos na COP 30 foi o abismo financeiro que separa necessidade de realidade. Segundo relatório da ONU apresentado durante a conferência, somente os países em desenvolvimento precisariam de até US$ 310 bilhões por ano até 2035 para lidar adequadamente com as mudanças climáticas.

Esta cifra não é meramente um número abstrato—representa a diferença entre:

- Adaptação e colapso dos sistemas de produção
- Resiliência e vulnerabilidade das comunidades
- Desenvolvimento sustentável e pobreza climática

A Proposta Ousada: US$ 1,3 Trilhão Anuais

Para enfrentar esta crise com a magnitude necessária, a COP 30 propôs um plano ambicioso: mobilizar US$ 1,3 trilhão por ano para financiar a transição climática . Este montante inclui:

- Novas fontes de receita (taxas sobre jatos, bens de luxo e grandes fortunas)
- Reformas no sistema financeiro internacional
- Redirecionamento de investimentos de setores de alto carbono

Acesso Desigual a Recursos

Durante os debates, países em desenvolvimento ressaltaram dificuldades significativas em acessar recursos climáticos disponíveis. Esta barreira financeira perpetua um ciclo perverso:

1. Países pobres sofrem mais com impactos climáticos (secas, enchentes, desnutrição)
2. Possuem menos recursos para se adaptar
3. Veem-se obrigados a sacrificar desenvolvimento para sobrevivência

Um exemplo concreto: crianças em zonas afetadas por estiagem ficaram sem acesso a escolas e alimentos, demonstrando como a crise climática impacta diretamente direitos humanos básicos.

Necessidade de Triplicar Investimentos em Resiliência

A COP 30 estabeleceu recomendação estratégica clara: triplicar os investimentos em resiliência aos impactos climáticos. Isso significa que os gastos atuais com adaptação são patentemente insuficientes para proteger populações vulneráveis.

Transição Energética

A conferência apresentou uma perspectiva dual para o setor empresarial. Um estudo inédito da OCDE-PNUD, lançado durante a COP 30, afirma que maior ambição climática é oportunidade de crescimento econômico.

Oportunidades Concretas

O Brasil demonstrou potencial real com o Portal Impacta Brasil, que registra 351 negócios de impacto socioambiental positivo. Estes empreendimentos ilustram como a transição climática pode gerar:

- Novos mercados e fontes de receita
- Maior produtividade agrícola através de práticas sustentáveis
- Inovação tecnológica em energia renovável

Riscos e Tributação

Contudo, a COP 30 sinalizou para empresas de alto carbono um futuro menos promissor. A proposta de reformas no sistema financeiro internacional inclui tributação sobre atividades de alto carbono, criando pressão financeira direta.

O Déficit de Ação Climática

Apesar dos discursos ambiciosos, a COP 30 apresentou um cenário preocupante: a implementação de todas as promessas atuais dos países representaria apenas uma queda de 15% nas emissões de gases de efeito estufa.

Esta lacuna entre intenção e ação traduz-se em:

- Custos financeiros crescentes de desastres climáticos
- Redução de produtividade agrícola e industrial
- Custos de saúde pública expandindo

Transparência e Monitoramento Financeiro

A COP 30 destacou a importância de transparência pública nos temas de financiamento climático para países em desenvolvimento, reconhecendo que sem mecanismos claros de rastreamento, recursos destinados à adaptação podem ser desviados ou subutilizados.

Financiamento Climático Estratégico

A conferência concentrou-se também em mecanismos de mercado através do Artigo 6, focando na mitigação das mudanças climáticas e no progresso de cada nação em relação aos padrões do Acordo de Paris.

Este mecanismo permite:

- Transferência de tecnologia limpa entre países
- Créditos de carbono que incentivam redução de emissões
- Financiamento privado complementando recursos públicos

Por fim...

A COP 30 demonstrou que investir em clima é mais barato que não investir, mas a decisão política de redistribuir recursos globais permanece bloqueada por interesses econômicos de curto prazo.

O futuro financeiro do planeta dependerá de como governos, empresas e cidadãos traduzem os debates de Belém em ações concretas—ou o custo econômico será pago por gerações futuras em forma de instabilidade financeira, alimentar e humanitária.

Este é um momento em que a palavra-chave não é "esperança", mas "urgência financeira".

COP 30

A Era da Governança Climática Digital

por: Carlos Gustavo Lopes da Silva

A COP30, realizada em Belém em 2025, foi oficialmente chamada de "COP da Implementação". No entanto, nos bastidores das negociações climáticas, um movimento mais profundo se consolidava: a digitalização como eixo central da ação climática global.

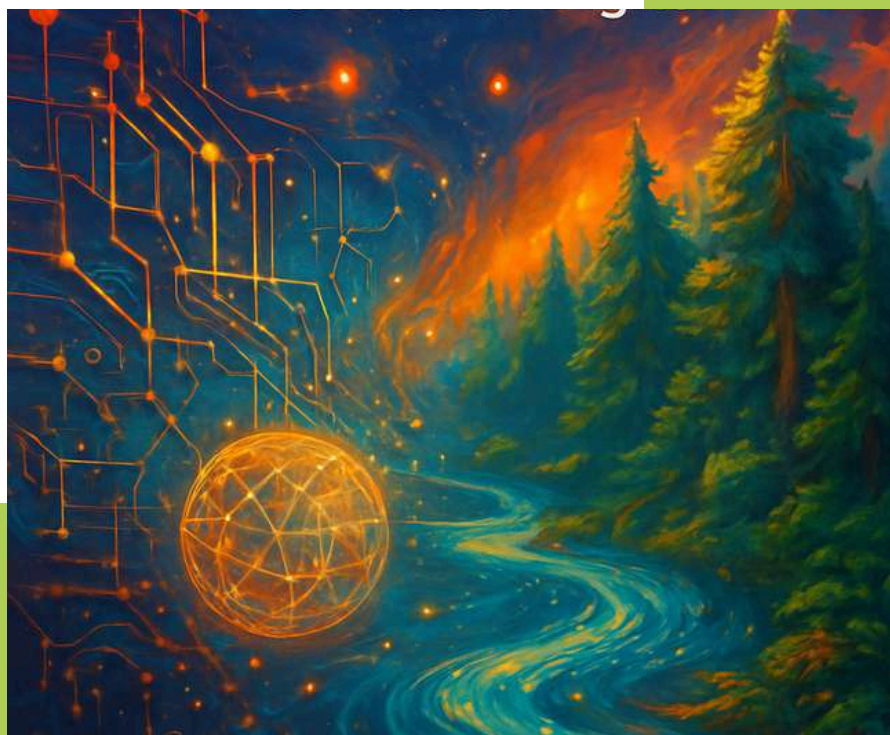
Pela primeira vez, inteligência artificial, dados e infraestrutura digital não foram apenas ferramentas auxiliares mas passaram a ser tratados como fundamentos estruturais para enfrentar a crise climática. A mensagem implícita foi direta: sem tecnologia, não há escala para cumprir o Acordo de Paris (tratado internacional histórico, adotado em 2015, que visa limitar o aquecimento global).

Mas essa transformação traz uma questão crítica: ao digitalizar o combate ao aquecimento global, o mundo pode estar criando novos riscos menos visíveis, porém igualmente estruturais.

O novo centro de poder: dados, plataformas e governança climática

Um dos principais anúncios da COP30 foi o lançamento do Green Digital Action Hub, uma plataforma global que reúne mais de 80 países e cerca de 1.800 organizações para acelerar soluções digitais sustentáveis.

O hub promete integrar dados ambientais, ferramentas tecnológicas e políticas públicas em um único ecossistema digital. Na prática, funciona como uma infraestrutura global de decisão, permitindo monitorar emissões, resíduos e impactos ambientais em tempo real.



Inteligência artificial: aliada estratégica ou paradoxo ambiental?

A criação do Instituto de Inteligência Artificial para o Clima reforça a aposta global na IA como motor da transição sustentável. A iniciativa busca capacitar países do Sul Global, democratizando o acesso a ferramentas de previsão climática, análise de dados e tomada de decisão.

A IA já demonstra potencial para:

- Otimizar o uso de energia
- Melhorar cadeias produtivas
- Antecipar eventos climáticos extremos
- Apoiar políticas públicas baseadas em dados

No entanto, existe um paradoxo inevitável.

A infraestrutura que sustenta a inteligência artificial, especialmente data centers, consome volumes crescentes de energia e água. Esses centros de dados consumiram aproximadamente 1,5 % da eletricidade global em 2024 e a demanda cresce cerca de 12 % ao ano. Especialistas apelam por regulamentação e uso de energias renováveis para mitigar emissões e consumo de água dos data centers

Ou seja, enquanto a IA ajuda a mitigar impactos climáticos, também contribui para novas pressões ambientais.

Da teoria à prática: o desafio da implementação tecnológica

Para enfrentar a lacuna entre inovação e execução, a COP30 aprovou o Programa de Implementação Tecnológica de Belém (TIP).

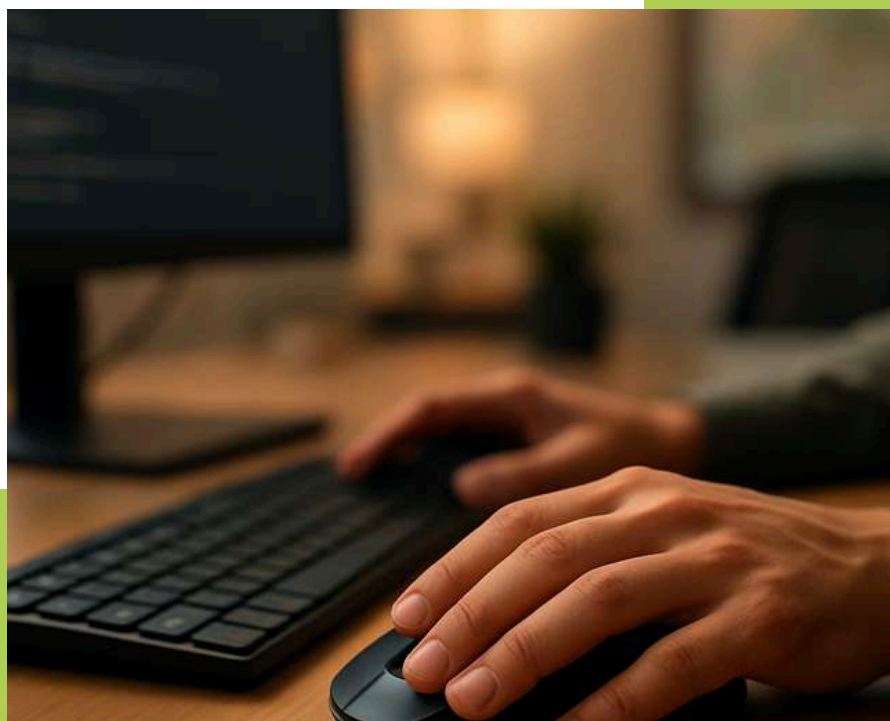
O objetivo é claro: transformar tecnologia em ação concreta.

O programa propõe:

- Fortalecimento de sistemas nacionais de inovação
- Integração entre tecnologia e políticas climáticas
- Apoio técnico e financeiro para países em desenvolvimento
- Estruturação de projetos escaláveis

Com horizonte até 2034, o TIP tenta resolver um problema histórico das conferências climáticas: transformar compromissos em resultados reais.

Ainda assim, o sucesso dependerá da capacidade dos países de implementar essas diretrizes em contextos locais, muitas vezes marcados por limitações institucionais e tecnológicas.



Infraestrutura Digital Pública (DPI)

A COP30 evidenciou a emergência de uma Infraestrutura Digital Pública (DPI) como base estratégica para a ação climática global, conectando identidade digital, sistemas de pagamento, dados interoperáveis e monitoramento ambiental em tempo real. Na prática, essa arquitetura funciona como um "sistema nervoso" que integra tecnologia, cidadania e políticas públicas, permitindo respostas rápidas a eventos extremos como alertas de desastres e liberação ágil de benefícios a populações afetadas. A ambição é criar uma base digital global capaz de coordenar ações climáticas em escala, embora persista a dúvida sobre sua capacidade de inclusão frente às desigualdades digitais existentes.

Bens públicos digitais: democratização ou nova dependência?

O avanço dos bens públicos digitais climáticos reforça a ideia de democratização tecnológica, com soluções de código aberto aplicadas à gestão hídrica, agricultura, energia e resposta a desastres, além do incentivo a startups que utilizam IA para impacto ambiental. Contudo, mesmo com o discurso de abertura, essas iniciativas dependem de infraestrutura, financiamento e governança internacional, o que pode gerar novas formas de dependência tecnológica.

Soma-se a isso o desafio da desinformação climática, que levou à mobilização internacional por transparência algorítmica, combate ao greenwashing e fortalecimento do jornalismo, reconhecendo que a disputa pela narrativa é hoje parte central da agenda climática.

Dessa forma, temos um dilema estrutural: ao mesmo tempo que a digitalização amplia o potencial de inovação e acelera respostas à crise climática, ela também pode aprofundar desigualdades, concentrar poder e comprometer a soberania de dados.

O que fica da COP30

A COP30 consolida a tecnologia como eixo da governança climática, mas deixa claro que o futuro dependerá de como essa transformação será conduzida, exigindo que inovação e sustentabilidade caminhem juntas, sob princípios de equidade, transparência e responsabilidade global.

MUBECAST

O MUBE (MUST Business Ecosystem), da MUST University, iniciou em 2023 um novo projeto: o MUBEcast, um podcast criado para conectar docentes, estudantes, empresários, empreendedores e pesquisadores na construção de um ecossistema pautado pela inovação, pelo empreendedorismo e pelos novos negócios.
O MUBEcast tem como propósito ser um espaço voltado à inovação, à tecnologia e à troca de conhecimento, promovendo entrevistas e debates que inspiram reflexões, aprendizado e o desenvolvimento de novas perspectivas para o futuro dos negócios e da educação.

E, para comemorar a 1ª Edição da Revista MUBE, compartilhamos o primeiro podcast do MUBEcast que foi uma entrevista com nosso saudoso e inspirador Prof. Carbonari, fundador da MUST University!!

Nossa homenagem a esse educador que nos inspira a manter seu legado por uma educação transformadora para todos.

Acesse o episodio Completo

Spotify

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

MUBECAST

Entre 2024 e 2025, realizamos a série ESG, convidando todos a embarcarem conosco em uma jornada em direção a um futuro mais responsável, sustentável e consciente.
Ao longo de 10 episódios, a série apresenta discussões envolventes sobre sustentabilidade ambiental, soluções sociais capazes de gerar impactos positivos nas comunidades e reflexões práticas, conduzidas com nossos entrevistados, sobre governança ética, transparência e responsabilidade nos negócios.

Vamos conversar sobre ESG?

Um encontro com 10 especialistas em ESG para uma discussão sobre o presente e futuro do ESG no mundo dos negócios.
Acompanhe nas próximas páginas e também acesse os links para complementar sua leitura ouvindo os MUBEcasts - Série ESG!!

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

MUBECAST

#1

NAVEGANDO PELAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

Por Marcelo Schulman

Farmacêutico, Cosmetólogo, Pesquisador e Executivo brasileiro reconhecido por sua atuação no setor de estética, dermocosméticos e inovação aplicada à beleza profissional. É fundador e CEO da VitaDerm.

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

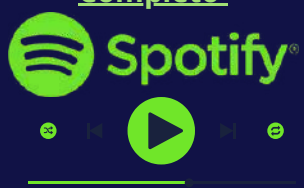
MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

Sinergia ESG entre Academia e Mercado sob a Ótica de Marcelo Schulman

“As empresas devem se unir à universidade e ao mercado de trabalho para contribuir na construção de um mundo mais sustentável.” A partir dessa reflexão, Marcelo Schulman conduz o episódio inaugural da série ESG do MUBEcast propondo uma discussão sobre como sustentabilidade, responsabilidade social e governança ética precisam deixar o campo teórico e se tornar parte efetiva das estratégias organizacionais. Ao longo do episódio “Navegando pelas Dimensões da Sustentabilidade Corporativa”, Schulman demonstra que o ESG não pode mais ser tratado apenas como uma tendência corporativa, mas como uma condição essencial para a perenidade dos negócios e para a construção de organizações mais responsáveis diante das demandas sociais e ambientais contemporâneas.

Sua trajetória profissional reforça a legitimidade dessa discussão. Atuando simultaneamente como CEO da Vitaderm e professor da MUST University, Marcelo Schulman representa a integração entre prática executiva e formação acadêmica. Essa combinação permite uma visão ampla sobre os desafios da sustentabilidade corporativa, conectando pesquisa, desenvolvimento humano, inovação e aplicação prática dentro das organizações. Sua atuação evidencia que empresas mais preparadas para o futuro são justamente aquelas que conseguem alinhar crescimento econômico, responsabilidade socioambiental e governança ética em uma mesma estratégia de gestão.

Acesse o episodio Completo

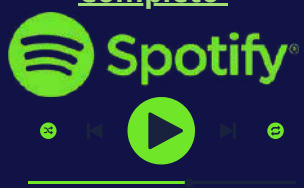


Ao abordar a dimensão ambiental, Schulman destaca que sustentabilidade não se resume à redução de impactos negativos, mas envolve a preservação estratégica de recursos naturais e a adoção de processos mais eficientes e conscientes. A discussão propõe uma visão de longo prazo, na qual competitividade empresarial e equilíbrio ambiental não são objetivos opostos, mas elementos complementares dentro de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Na dimensão social, o debate enfatiza a geração de valor compartilhado e o fortalecimento das relações entre organizações e sociedade. A responsabilidade social passa a ser compreendida como um compromisso real com o desenvolvimento das comunidades, com a inclusão e com a criação de impactos positivos mensuráveis. Nesse contexto, as empresas deixam de atuar apenas como agentes econômicos e assumem também um papel relevante na transformação social.

Quando trata da governança, Schulman reforça que ética, transparência e accountability são pilares indispensáveis para a construção de confiança institucional. Em mercados cada vez mais exigentes e conectados, organizações que adotam práticas éticas consistentes fortalecem sua credibilidade perante investidores, consumidores e demais stakeholders. A governança, portanto, deixa de ser apenas uma estrutura administrativa e passa a representar um diferencial estratégico para a sustentabilidade dos negócios.

Acesse o episodio Completo



Outro ponto central apresentado no episódio é a necessidade de aproximação entre universidade, empresas e mercado de trabalho. Para Schulman, a construção de uma economia mais consciente depende diretamente dessa colaboração intersetorial. A universidade contribui com pesquisa, produção científica e formação técnica; as empresas transformam esse conhecimento em aplicação prática e inovação; enquanto o mercado absorve profissionais capazes de integrar competência técnica, visão ética e responsabilidade socioambiental em suas atuações profissionais.

A fala de Marcelo Schulman evidencia que o futuro das organizações dependerá cada vez mais da capacidade de integrar conhecimento, ética e estratégia. O ESG deixa de ser um elemento periférico para ocupar posição central nas decisões corporativas, demonstrando que sustentabilidade e competitividade caminham juntas na construção de negócios mais resilientes, relevantes e preparados para os desafios do cenário global contemporâneo.

Acesse o episodio Completo

MUBECAST

#2

ALÉM DO LUCRO: EXPLORANDO A DIMENSÃO SOCIAL DA ESG

Por Maria Elisa Carbonari

Vice Presidente da MUST University

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

Relato de Experiência: Responsabilidade Social e Sustentabilidade da Anhanguera Educacional Brasil para a MUST University FL USA – Uma Trajetória Transformadora

A Anhanguera Educacional SA nasceu com a missão de transformar a realidade educacional do Brasil, democratizando o acesso ao ensino superior de qualidade para jovens trabalhadores. Fundada pelo Prof. Antonio Carbonari e por mim, Maria Elisa Ehrhardt Carbonari. A instituição foi pioneira ao adotar um modelo de inclusão que valorizava o desenvolvimento do projeto de vida dos alunos, promovendo a ascensão social através da educação. Desde o início, compreendemos que a responsabilidade social e a sustentabilidade precisavam estar no centro de nossa gestão acadêmica e institucional.

O conceito de ESG (Environmental, Social and Governance) ganhou destaque mundial nas últimas décadas como diretriz para instituições comprometidas com o desenvolvimento sustentável. No setor educacional, a adoção dos princípios ESG representa um compromisso com a formação integral dos alunos, com a ética na gestão e com o impacto social positivo.

A Anhanguera Educacional SA foi uma das primeiras instituições de ensino superior privadas do Brasil a publicar seu Relatório de Responsabilidade Social, com base nos padrões da Global Reporting Initiative (GRI). Esse documento tornou-se um instrumento estratégico de comunicação e transparência, agregando valor à governança corporativa da instituição e colaborando para sua inclusão no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BOVESPA.

Acesse o episodio Completo

O Programa de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da Anhanguera

Nossa atuação estruturada em responsabilidade social consolidou-se através de um programa institucional com metas claras, foco em resultados e envolvimento ativo das unidades em todo o território nacional. As ações foram organizadas em torno de dois eixos principais: extensão comunitária e prestacão de serviços à comunidade, sempre com a participação efetiva dos alunos e professores.

As atividades comunitárias incluíam: Atendimento gratuito à população em nossas clínicas-escola de fisioterapia e psicologia; Atendimento veterinário solidário; Orientação e assistência jurídica por meio dos juizados especiais de pequenas causas; Projetos de inclusão digital para jovens e idosos; Programa de leitura “Zilda Arms” para crianças de escolas públicas; Oficinas de orientação profissional para jovens e trabalhadores; Atendimento a pequenas empresas locais, com serviços de gestão, contabilidade e marketing; Atividades físicas e de socialização para a terceira idade.

Esses projetos não apenas promoveram o bem-estar social, como também possibilitaram aos alunos aplicação prática de seus conhecimentos, adquirindo experiência profissional significativa. As ações eram acompanhadas por indicadores de desempenho e culminavam no Relatório Anual de Responsabilidade Social e Meio Ambiente, apresentado em evento institucional que premiava as unidades com melhores resultados.

Acesse o episodio Completo

A Inserção Curricular: Disciplina de Responsabilidade Social e Meio Ambiente

Uma das inovações mais relevantes foi a inserção obrigatória da disciplina de Responsabilidade Social e Meio Ambiente nos currículos de todos os cursos de graduação da Anhanguera Educacional. Parte do Núcleo Comum de Conhecimentos Básicos, essa disciplina integrava um trio fundamental de formação prática, juntamente com: Responsabilidade Social e Meio Ambiente; Desenvolvimento Pessoal e Profissional; Direito e Legislação.
O conteúdo era trabalhado com apoio do Programa Livro Texto (PLT), utilizando obras de referência como o livro "Sustentabilidade na prática: fundamentos, experiências e habilidades". Essa formação proporcionava aos alunos a compreensão do seu papel como agentes de transformação social e ambiental, com base em situações reais de aprendizagem e intervenção.

Projeções e Conexões: A Experiência da MUST University (EUA)

A MUST, desde sua fundação em 2007, incorporou os princípios de Governança Corporativa no modelo de educação a distância, adotando as diretrizes do ESG desde o início de suas atividades. Na busca pela acreditação junto ao DEAC (Distance Education Accrediting Commission), fortalecemos o foco na dimensão Social, desenvolvemos várias ações.
Suporte humanizado ao aluno; Formação cidadã de professores e orientadores; Integração de atividades colaborativas em ambiente virtual; Produção acadêmica voltada ao impacto social e à inovação.

Acesse o episodio Completo

A dimensão SOCIAL do ESG (Environmental, Social and Governance) abrange ações que promovem equidade, diversidade, bem-estar e desenvolvimento humano. A MUST University, instituição global de educação a distância com forte atuação no Brasil, tem se destacado por integrar esses princípios em sua cultura organizacional, estrutura acadêmica e iniciativas de apoio aos estudantes e colaboradores.

A universidade fomenta ativamente a diversidade cultural, geracional e linguística, acolhendo colaboradores de diferentes países, faixas etárias e contextos sociais. Internamente, a MUST adota condições de trabalho flexíveis, com 90% dos seus colaboradores atuando de forma remota, reforçando o compromisso com o bem-estar, a equidade geográfica e a qualidade de vida.

A MUST mantém o programa MUBE (MUST Business Ecosystem), que impulsiona os negócios desenvolvidos pelos alunos, promove mentorias com especialistas e cria conexões sustentáveis entre estudantes e o mercado, fortalecendo o pilar social do ESG ao fomentar autonomia econômica e inovação inclusiva. Como parte de sua atuação em Responsabilidade Social, a universidade também apoia projetos autorais de seus estudantes, patrocinando livros escritos por eles, buscando ampliar o acesso à produção e à difusão de conhecimento.

A universidade também adota uma abordagem de capacitações práticas voltadas à empregabilidade e desenvolvimento pessoal, como cursos de Inglês, elaboração de currículos profissionais, posicionamento estratégico no LinkedIn, e programas voltados à formação crítica, como o curso de desenvolvimento de habilidades informacionais e pensamento crítico, todos oferecidos gratuitamente a toda comunidade acadêmica.

Acesse o episodio Completo

Dentre as ações institucionais de cuidado e promoção de saúde emocional, destaca-se a implantação do Wellness Center (Centro de Bem-Estar e Felicidade Universitária), com foco em prevenção e acolhimento, oferecendo trilhas de cuidado alinhadas à ciência da felicidade. Em complemento, a universidade também implementou o programa Neuroclass, com conteúdos de neurociência, e o curso de resiliência multicultural.

Essas práticas demonstram como a instituição incorpora os princípios sociais do ESG de forma estruturada e contínua, promovendo transformações reais na vida de seus públicos internos e externos.

A experiência da Anhanguera orienta muitas das nossas escolhas atuais na MUST, inclusive na elaboração de programas institucionais que estão sendo adaptados à realidade digital e multicultural da universidade.

Conclusão

A trajetória da Anhanguera Educacional SA demonstra que é possível promover educação de qualidade com responsabilidade social e sustentabilidade, mesmo em larga escala. O legado construído está refletido na vida de milhares de alunos que, por meio da educação, ascenderam socialmente e se tornaram protagonistas em suas comunidades. A continuidade desse compromisso na MUST University reafirma a convicção de que a educação precisa estar alinhada aos princípios de ética, inclusão e impacto positivo. Mais do que cumprir metas institucionais, a responsabilidade social representa nossa missão de transformar vidas por meio do conhecimento, agora em uma nova etapa internacional, sem esquecer as raízes que tornaram esse caminho possível.

Acesse o episodio Completo

MUBECAST

#3

CONSTRUINDO CONFIANÇA E SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Por Vinicius dos Santos

Economista, PhD em Finanças Corporativas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM, Brasil) e Universidade da Beira Interior (UBI, Portugal). Mestre em Negócios Internacionais pela MUST University (MUST, EUA). Pesquisador Institucional na MUST e Professor Doutor na linha de Finanças e Métodos Quantitativos na UPM.

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

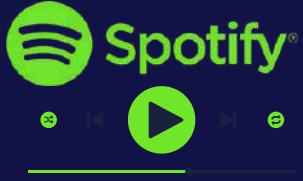
No cenário empresarial contemporâneo, as discussões sobre Environmental, Social and Governance (ESG) e governança corporativa ganham relevância crescente, impulsionadas pela demanda global por práticas mais responsáveis, éticas e transparentes.

Em conjunto com a agenda da sustentabilidade, a governança corporativa consolidou-se como elemento essencial para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que marcam o século XXI. Nesse contexto, a sustentabilidade ambiental, social e econômica, aliada a uma gestão íntegra e eficiente, configura-se como um dos principais pilares para a construção de organizações resilientes e preparadas para o futuro.

A confiança ocupa posição central nessa transformação. Investidores, consumidores e demais stakeholders valorizam, cada vez mais, empresas que demonstram compromisso genuíno com a geração de valor no longo prazo, orientadas por princípios de responsabilidade socioambiental. A transparência na divulgação de indicadores, a gestão consistente de riscos e a adoção de práticas de governança pautadas pela equidade, pela ética e pela prestação de contas tornam-se fatores decisivos para fortalecer reputação, credibilidade e legitimidade institucional.

Diante desse cenário, surge uma questão estratégica: de que forma a governança corporativa pode ampliar a confiança dos stakeholders, impulsionar a sustentabilidade e assegurar a perenidade das empresas, contribuindo positivamente para a sociedade?

Acesse o episodio Completo



Por definição, a governança corporativa corresponde ao conjunto de regras, práticas e processos pelos quais uma organização é dirigida, monitorada e controlada. Em termos práticos, seu objetivo é garantir uma gestão transparente, responsável e equitativa, capaz de proteger os interesses de todas as partes envolvidas e promover decisões alinhadas ao desenvolvimento sustentável do negócio.

A evolução desse conceito reflete a crescente complexidade do ambiente empresarial e a necessidade de adaptação às novas expectativas sociais. Em sua origem, a governança corporativa era associada, sobretudo, à proteção de acionistas minoritários e à mitigação de conflitos entre gestores e proprietários. Com o passar do tempo, porém, passou a incorporar uma visão mais abrangente, contemplando também os interesses de clientes, colaboradores, fornecedores, comunidades, investidores e do meio ambiente.

A adoção de práticas robustas de governança corporativa gera benefícios tangíveis e intangíveis, com impactos positivos sobre desempenho, reputação e sustentabilidade no longo prazo. Empresas que estruturam sistemas de governança eficazes tendem a fortalecer a confiança do mercado, aprimorar sua imagem institucional, reduzir o custo de capital e atrair profissionais qualificados, consolidando posição competitiva em setores cada vez mais exigentes.

Entre os principais benefícios destaca-se o fortalecimento da confiança dos investidores.

Acesse o episodio Completo

Organizações reconhecidas por boas práticas de governança são percebidas como mais transparentes, responsáveis e previsíveis, características que atraem capital comprometido com retornos sustentáveis. A qualidade das informações divulgadas, a independência dos conselhos e a proteção dos direitos dos acionistas constituem fatores essenciais para ampliar o acesso a recursos em condições mais favoráveis.

Outro impacto relevante é a valorização da reputação corporativa. Empresas com imagem sólida tendem a conquistar maior reconhecimento de clientes, fornecedores, colaboradores e da sociedade em geral. A governança evidencia o compromisso institucional com ética, conformidade e responsabilidade socioambiental, fortalecendo a marca e diferenciando a organização em mercados altamente competitivos.

Além disso, reputação positiva favorece a atração e retenção de talentos alinhados aos valores corporativos.

A governança corporativa também contribui para a redução do custo de capital. Investidores e credores costumam exigir menores taxas de retorno de empresas que apresentam estruturas de governança consistentes, pois identificam menor exposição a riscos relacionados a fraudes, conflitos de interesse e decisões ineficientes. Quanto maior a confiança no modelo de gestão, menor a percepção de risco e maior a disposição para investir.

Acesse o episodio Completo

No âmbito interno, a governança favorece a construção de ambientes organizacionais mais justos, transparentes e meritocráticos.

Profissionais qualificados buscam empresas que ofereçam propósito, integridade e oportunidades reais de desenvolvimento. Dessa forma, uma cultura orientada por boas práticas de governança fortalece o engajamento das equipes e amplia a capacidade de inovação e execução estratégica.

Sua relação com a sustentabilidade também é direta. Ao integrar princípios ESG à estratégia e às operações, as empresas reduzem impactos ambientais, fortalecem relações com comunidades, promovem diversidade e inclusão e ampliam sua capacidade de adaptação a mudanças regulatórias e de mercado.

A sustentabilidade deixa, assim, de ser apenas uma obrigação reputacional para se tornar fonte concreta de eficiência, inovação e vantagem competitiva.

Por fim, a governança corporativa contribui de forma decisiva para o desempenho financeiro. Diversos estudos indicam que empresas com estruturas sólidas de governança tendem a apresentar maior lucratividade, geração consistente de valor e melhores perspectivas de crescimento sustentável.

Ao alinhar os interesses da administração aos objetivos de longo prazo do negócio e às expectativas dos stakeholders, a governança torna-se um vetor estratégico de competitividade, perenidade e impacto positivo para a sociedade.

Acesse o episodio Completo

MUBECAST

#4

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NO GOVERNO FEDERAL

Por Adriana Marques

Pós-doutorado na Universidade Federal de São Paulo-Unifesp sob supervisão do Professor Doutor Rubens Lacerda de Sá no título "Operação acolhida, interiorização e hos(ti)pitalidade migrante". Doutora em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília (UnB).

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

No âmbito do governo federal, o ESG não surge como uma moda ou um discurso isolado. Ele está apoiado em um arcabouço técnico e institucional que orienta decisões, políticas públicas e ações estratégicas. Hoje, qualquer projeto relevante precisa, necessariamente, dialogar com essas três dimensões.

É importante destacar que o ESG funciona como uma estrutura de equilíbrio. Se um dos pilares recebe menos atenção, todo o sistema perde estabilidade. É como uma estrutura apoiada em três pernas: se uma delas é mais curta, tudo fica comprometido.

Por isso, a grande preocupação atual da administração pública é garantir que o ambiental, o social e a governança sejam tratados com a mesma relevância. Em qualquer ministério, comissão ou grupo de trabalho, essa checagem é constante: os três pilares estão sendo considerados de forma equilibrada?

É claro que alguns órgãos acabam tendo maior proximidade com uma dimensão específica, seja ambiental, social ou institucional, por conta da sua missão principal. Ainda assim, todos seguem diretrizes comuns do governo federal, que exigem a incorporação transversal do ESG. Ele não é opcional, nem periférico.

Outro ponto fundamental é entender que o ESG não é apenas um conceito abstrato. Ele se transforma, na prática, em uma ferramenta de gestão.

Estamos falando de critérios que permitem:

- medir sustentabilidade,
- avaliar impacto ético,
- analisar riscos,
- orientar investimentos e políticas públicas.

Acesse o episodio Completo

Ou seja, o ESG passa a apoiar a tomada de decisão, tanto no setor público quanto no privado, com base em indicadores e evidências, e não apenas em intenções.

Formação universitária e visão sistêmica

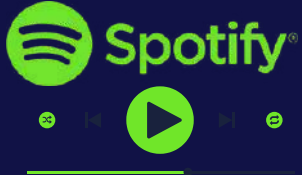
Quando levamos essa discussão para o ambiente universitário, o impacto é direto. As universidades formam os profissionais que vão atuar nesse novo contexto. Trabalhar com ESG exige uma formação mais complexa, mais integrada e mais sistêmica. Não existe uma profissão exclusiva de ESG.

O que existe é a necessidade de compreender a realidade do país e do mundo sob uma perspectiva econômica, social, ambiental e institucional integrada. Esse trabalho, na prática, costuma ser feito por equipes multidisciplinares. Ainda assim, é fundamental que o gestor principal tenha uma visão do todo, com conhecimento técnico, prático e capacidade de articulação entre diferentes áreas.

ABNT PR 2030 – um marco brasileiro

Aqui entra um ponto muito importante: a ABNT PR 2030, lançada em dezembro de 2022. Trata-se de uma Prática Recomendada da Associação Brasileira de Normas Técnicas, alinhada à Agenda 2030 da ONU. O fato de ser uma “PR” já diz muito. Ela não é uma norma prescritiva tradicional, mas um grande arcabouço orientador. Diferente da imagem clássica da ABNT como algo rígido, essa norma propõe caminhos, estágios de maturidade e diretrizes para incorporação do ESG. Ou seja, trata-se de uma norma integradora, pensada para a realidade brasileira.

Acesse o episodio Completo



MUBECAST

#5

CONDUZINDO EMPRESAS AO FUTURO SUSTENTÁVEL

Por Onara Lima

Executiva de Sustentabilidade ESG, com mais de 21 anos de atuação em Gestão Ambiental, Sustentabilidade Corporativa e Governança. Fundadora da ESG Advisory Onara Lima.

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

A sustentabilidade corporativa deixou de ser um tema periférico para se tornar um elemento central da estratégia empresarial. Em um cenário marcado por transformações regulatórias, pressão do mercado de capitais, escassez de recursos naturais e mudanças profundas no comportamento do consumidor, as empresas são cada vez mais desafiadas a abandonar o “business as usual” e a repensar a forma como produzem, consomem e geram valor.

Nesse contexto, a economia circular surge como uma resposta prática, estruturante e inadiável. Mais do que um conceito ambiental, ela se conecta diretamente aos processos produtivos, ao ciclo de vida dos produtos e à governança dos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Circularidade não é apenas reciclar melhor; é redesenhar modelos de negócio, cadeias de valor e critérios de decisão sob uma lógica de eficiência, regeneração e resiliência.

A adesão a compromissos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), representa um passo importante, mas não é suficiente por si só. A sustentabilidade precisa ser incorporada às decisões de liderança, aos processos operacionais e à cultura organizacional. Trata-se de uma jornada contínua, sem linha de chegada, que exige aprendizado, adaptação e evolução constante.

Acesse o episodio Completo

Spotify

Um dos maiores desafios nesse caminho é o gap existente entre a alta liderança e a operação. De nada adianta adotar frameworks internacionais sofisticados ou produzir relatórios bem elaborados se os executivos não compreendem, de forma clara, o impacto da sustentabilidade sobre riscos, custos, reputação e resultados financeiros. Da mesma forma, se os times operacionais não se reconhecem como parte ativa dessa agenda, a sustentabilidade se limita ao discurso

Outro ponto essencial é o foco nos stakeholders realmente estratégicos. Embora o discurso ESG frequentemente trate todos os stakeholders de forma homogênea, a prática exige priorização. Identificar quem influencia diretamente a operação, o financiamento, a reputação e a licença social para operar é fundamental para direcionar esforços e gerar impacto real.

Acesse o episodio Completo

Spotify

No mercado de capitais, a integração entre ESG e economia circular tornou-se um diferencial competitivo. Investidores buscam empresas capazes de antecipar riscos, responder rapidamente às mudanças e utilizar recursos de forma inteligente. A circularidade fortalece essa lógica ao aumentar a previsibilidade, reduzir vulnerabilidades e melhorar a eficiência econômica.

Governos e reguladores também exercem papel relevante ao incentivar práticas circulares por meio de políticas públicas, como a responsabilidade estendida ao produtor e a ampliação da logística reversa. Essas exigências pressionam as empresas a repensarem o design dos produtos, a gestão do ciclo de vida e a forma como se relacionam com fornecedores e consumidores.

Circularidade não é moda, nem discurso. É uma estratégia produtiva, sustentável e consciente. Ao integrar critérios ESG às práticas da economia circular, as organizações ampliam sua relevância, fortalecem sua reputação e constroem bases sólidas para a longevidade dos negócios. O futuro corporativo será definido pela capacidade de gerar valor econômico respeitando os limites ambientais e promovendo impacto social positivo. E a economia circular é um dos caminhos mais consistentes para tornar esse futuro possível.

Acesse o episodio Completo

MUBECAST

#6

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO INTERNO (IDGS)

Por Luciane Soutello

Diretora Inovação MUST University
Coordenadora do Welness Center MUST University
Docente
Palestrante
Empresária

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

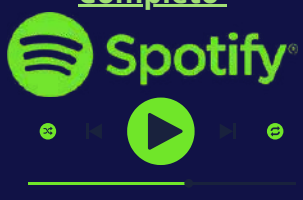
MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

A consolidação da agenda ESG (Environmental, Social and Governance) no ambiente corporativo contemporâneo ampliou significativamente as discussões sobre sustentabilidade, responsabilidade social e governança ética nas organizações. Embora os pilares ambiental e de governança sejam frequentemente avaliados por meio de indicadores técnicos e métricas objetivas, o componente social exige uma abordagem mais ampla, centrada nas relações humanas, no desenvolvimento das pessoas e na construção de uma consciência coletiva voltada à transformação social. Nesse contexto, o sexto episódio da série ESG do MUBEcast, podcast da MUST University, conduzido pela professora e empresária Luciane Soutello, destaca a relevância dos Inner Development Goals (IDGs) como fundamento essencial para o fortalecimento do pilar social da agenda ESG.

Os IDGs, ou Objetivos de Desenvolvimento Interno, surgem como uma proposta complementar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas. Enquanto os ODS direcionam esforços para metas externas relacionadas à sustentabilidade global, os IDGs defendem que a transformação social e ambiental depende, inicialmente, do desenvolvimento interno dos indivíduos. Assim, competências como empatia, inteligência emocional, clareza mental, colaboração, resiliência e consciência ética tornam-se indispensáveis para que líderes e organizações consigam enfrentar os desafios contemporâneos de maneira sustentável e humanizada.

A reflexão apresentada por Luciane Soutello evidencia que a verdadeira transformação social ocorre na intersecção entre crescimento pessoal e impacto coletivo.

Acesse o episodio Completo



O desenvolvimento interno fortalece a capacidade dos indivíduos de compreenderem a complexidade dos problemas sociais, ambientais e organizacionais, permitindo a construção de relações mais conscientes e sustentáveis dentro das empresas e da sociedade. Dessa forma, o “S” do ESG deixa de ser compreendido apenas como ações filantrópicas ou cumprimento de exigências legais, passando a representar uma mudança cultural baseada em valores humanos e responsabilidade compartilhada.

Outro aspecto relevante discutido no episódio refere-se à liderança consciente. No cenário atual, as organizações necessitam de líderes capazes de promover ambientes mais saudáveis, inclusivos e colaborativos. A sustentabilidade corporativa não depende exclusivamente de processos técnicos ou investimentos financeiros, mas também da habilidade humana de inspirar mudanças, desenvolver pessoas e criar culturas organizacionais alinhadas à ética e ao bem-estar coletivo. Sob essa perspectiva, a sustentabilidade pessoal torna-se elemento estratégico, pois indivíduos emocionalmente equilibrados tendem a contribuir de forma mais positiva para a construção de ambientes organizacionais sustentáveis.

Conclui-se, portanto, que a transformação social proposta pela agenda ESG possui natureza essencialmente humana e comportamental. Os Inner Development Goals apresentam-se como um importante instrumento para fortalecer o desenvolvimento de competências internas capazes de sustentar mudanças externas duradouras.

A construção de um futuro sustentável exige não apenas inovação técnica, mas também evolução humana, consciência coletiva e liderança comprometida com a transformação sistêmica da sociedade.

Acesse o episodio Completo

MUBECAST

#7

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL

Por Marcia Menezes

Diretora do CTE | Consultora Sênior - ESG, Estratégia, Gestão, Tecnologia e Inovação

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

A construção civil é um dos setores com maior capacidade de transformação na economia global. Responsável por grandes volumes de consumo de matéria-prima, energia e água, também gera impactos expressivos sobre o meio ambiente e a sociedade. Ao mesmo tempo em que carrega esses desafios, o setor apresenta enorme potencial de promover soluções sustentáveis e regenerativas.

É nesse contexto que surge a urgência da adoção de critérios ESG— Environmental, Social and Governance — como estrutura estratégica para repensar modelos de negócios, decisões técnicas e o posicionamento das empresas do setor. É preciso trazer resultados concretos, tanto para as empresas quanto para a sociedade.

Conceito de ESG: Direcionamento para Resultado

ESG é uma forma de agir, uma forma de transformar, mas também de dar resultado. Muitas empresas ainda veem ESG como uma responsabilidade restrita ao compliance ou à imagem institucional. No entanto, o verdadeiro valor dessa abordagem está em integrá-la à estratégia central do negócio, impactando nos seus resultados positivos.

Assim, a aplicação do ESG no setor da construção deve:

- Reduzir riscos operacionais;
- Aumentar a eficiência de processos e recursos;
- Atrair investidores e capital institucional (IFC, 2019);
- Valorizar ativos imobiliários com melhor desempenho e menor custo de operação;
- Ampliar o impacto social positivo, melhorando a relação com comunidades, trabalhadores e usuários finais.

Acesse o episodio Completo

Essa forma de pensar posiciona a sustentabilidade como um eixo estruturante de competitividade, e não apenas um requisito externo.

Foco Ambiental

Empresas que integram o pilar ambiental do ESG buscam minimizar os danos causados ao ecossistema e, ao mesmo tempo, maximizar a eficiência operacional. Isso inclui:

- Planejamento de projetos com menor pegada de carbono;
- Uso de materiais recicláveis ou de baixa emissão;
- Gestão de resíduos de obra;
- Implantação de tecnologias para eficiência energética e hídrica;
- Adaptação das construções às mudanças climáticas.

Como resultado, têm-se obras com menor custo de manutenção, maior eficiência operacional e menor passivo ambiental — o que se reflete diretamente na atratividade para investidores e compradores (GBC Brasil, 2020).

Foco Social

O pilar social do ESG envolve o impacto sobre pessoas: trabalhadores, usuários dos empreendimentos, vizinhanças, fornecedores, clientes e comunidades. No contexto da construção, os resultados aparecem em ações como:

- Contratação de mão de obra local qualificada;
- Cumprimento rigoroso das normas de saúde e segurança;

Acesse o episodio Completo

Spotify

- Construções com acessibilidade universal;
- Planejamento urbano que valorize áreas verdes, mobilidade e integração;
- Relacionamento transparente com comunidades impactadas por grandes obras.

Essas práticas geram reputação positiva, reduzem conflitos socioambientais e aumentam o engajamento com o entorno, contribuindo para a licença social para operar.

Foco da Governança

O terceiro pilar do ESG refere-se à forma como a empresa está estruturada e é gerida: como toma decisões, se presta contas e garante conformidade com leis e normas. No setor da construção, os resultados estão na:

- Implementação de códigos de ética;
- Monitoramento de riscos em contratos e licitações;
- Governança integrada entre áreas técnicas, ambientais e financeiras (IBGC, 2018);
- Divulgação de relatórios ESG com indicadores objetivos;
- Criação de políticas internas de integridade e diversidade.

Com isso, empresas constroem um modelo de credibilidade, mitigam riscos e ampliam seu valor institucional, preparando-se para crescer de forma sustentável no longo prazo.

Acesse o episodio Completo

Formação Profissional e Mudança Cultural

A base para a consolidação do ESG no setor está na formação técnica e humanística dos profissionais. É preciso abandonar a lógica de que o bom engenheiro é apenas um executor técnico e promover uma cultura educacional voltada à:

- Responsabilidade ética;
- Visão sistêmica e ambiental;
- Inovação e senso de impacto.

Esse alinhamento da educação técnica com os princípios ESG também encontra respaldo em normativas como a ABNT PR 2030 (2021), que estabelece diretrizes para a implementação, no Brasil, dos compromissos assumidos pelo país no Acordo de Paris (United Nations, 2015). Essa conexão evidencia a necessidade de preparar profissionais do setor para liderar projetos que contribuam para as metas de redução de emissões, adaptação climática e construção de baixo carbono.

As pessoas devem estar preparadas para assumir papéis de liderança em sustentabilidade, influenciando decisões desde o projeto até a entrega e operação de edificações

Acesse o episodio Completo

MUBECAST

#8

A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES) NA GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Por Marcos Eduardo

Sócio-Proprietário e Diretor da CICLO AMBIENTAL Engenharia / Consultor Sênior e Responsável Técnico de Instituições de Ensino Superior para gestão ambiental, gerenciamento de resíduos e demais aspectos em sustentabilidade socioambiental / Especialista em Governança de Stakeholders & ESG (FIA/USP-SP)

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

A Instituição de Ensino Superior - IES na gestão da sustentabilidade ambiental

Já como profissional graduado em Engenharia, em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, todos juntos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, cujo um dos desafios foi difundir o conceito de Desenvolvimento Sustentável, termo já estabelecido no Relatório de Brundtland, em 1987, publicado em livro intitulado “Nosso Futuro Comum”.

Adiante, em 1999, deu-se início às atividades acadêmicas como Docente em cursos de graduação em engenharia, lecionando nas disciplinas de Tratamento de Efluentes Líquidos, Controle de Poluição, Resíduos Sólidos, Certificação e Auditoria Ambiental. Na época, também como Dirigente Regional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, leva-se para dentro deste meio acadêmico, discussões relacionadas ao desenvolvimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Com estreita colaboração com Deputados Federais e demais relatores envolvidos no Projeto Lei da PNRS, viabiliza uma agenda importante ao longo de mais de 10 anos de discussão, constituindo-se de uma minuta com um texto inovador e desafiador em prol do Desenvolvimento Sustentável, sobretudo em caráter socioambiental em serviços de saúde, educação, saneamento e energia no Brasil.

Acesse o episodio Completo

Em 2004, através de um oportuno convite para ser responsável técnico de uma promissora IES com sede no interior de SP, inicia-se o desenvolvimento de um sistema de gestão integrado de resíduos sólidos para dezenas de IES através de suas unidades educacionais, laboratórios de ensino e clínicas de saúde. Com um relacionamento profícuo em mais de 20 anos, tem atuado de maneira contínua no Desenvolvimento Sustentável, através da gestão de resíduos perigosos de serviços de saúde, eletroeletrônicos, tecnológicos, resíduos especiais, e demais resíduos comuns orgânicos e inorgânicos passíveis ou não de reciclagem, agora em mais de centenas IES.

Mediante um ambiente corporativo privado de uma Holding de Ensino, após movimentos de reformas, incorporações institucionais e fusões de marcas, sobretudo a cabo de uma imprevisível pandemia, apresenta-se novamente o dito Desenvolvimento Sustentável.

Atualmente este termo tem-se apresentado de maneira parcial através de um acrônimo denominado “ESG”, ou seja “Environmental, Social and Governance” que traduzido da língua inglesa significa “Governança Socioambiental”. As práticas em “ESG” nas organizações de capital aberto das Bolsas de Valores, tornaram-se prementes e com tanta ansiedade que este acrônimo, na maioria dos casos, vem sendo escrito com letras minúsculas “esg”.

Acesse o episodio Completo

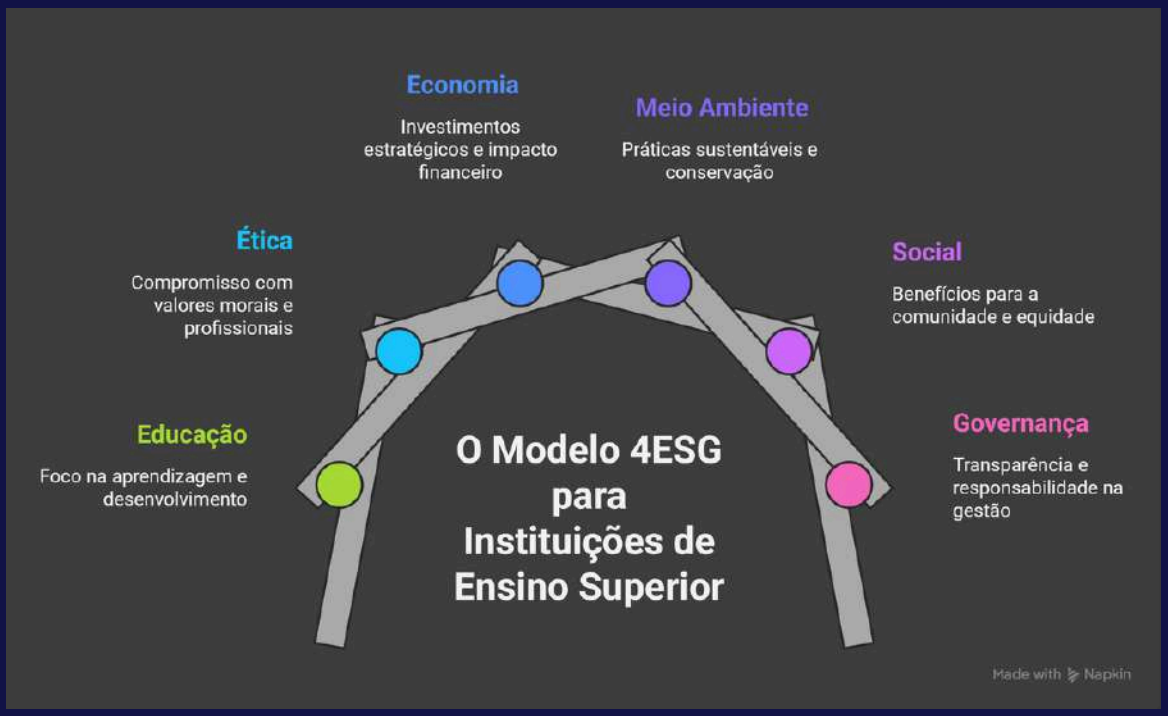
Ocorre que o pragmatismo do mundo corporativo em seus relatos “sustainability and shareholding disclosure” diante de relatórios quase sempre bem editorados em “marketing”, através de formato por vezes autodeclarados conforme padrões absolutamente discutíveis do mercado financeiro, tem-se estabelecido como prática prevalecente; no mínimo preocupante prejudicando o relacionamento no processo de sensibilização na capacitação dos agentes envolvidos. Esta prática aparta sobremaneira o engajamento na comunicação de seus “stakeholders” com abordagens equivocadas no levantamento de informações e dados rastreáveis para identificação dos aspectos e impactos ambientais associados nas atividades e operação de ensino de IES.

Ao revés, através da autarquia pública vinculada ao Ministério da Fazenda, a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil – CVM publica uma normativa institucional oportuna e auditável por organismos externos de terceira parte, instruindo o assunto dos relatos em sustentabilidade, no intuito de evitar inverdades na informação e comunicação dos referidos relatos através de práticas ditas como “ESG-Washing and ESG-Hushing”. Este padrão adotado pelo Brasil é da organização internacional denominada “International Financial Reporting Standards – IFRS” que possui seus critérios de governança corporativa e financeira “International Accounting Standards Board – IASB” que estão sendo somados aos critérios de sustentabilidade “International Sustainability Standards Board – ISSB” diante dos padrões “Sustainability Accounting Standard – SASB Education”, onde mediante os quesitos de materialidade se faz relevante o valor do Ambiente incluindo assim seus aspectos da gestão de resíduos e materiais perigosos.

Acesse o episodio Completo

Não obstante, a questão dos padrões internacionais; o que deveríamos esperar de IES, é um senso comum na prática da sustentabilidade corporativa verdadeira em direção à ética humana e profissional sob a ótica denominada “4ESG”, ou seja, “Education, Ethical, Economical, Environmental, Social and Governance”.

Enfim, que a Instituição de Ensino Superior (E) escreva com letra maiúscula o “4ESG” e traga seus investimentos Econômicos (E) de impacto e de propósito na Educação (E) para todas as partes interessadas, notadamente com a devida Ética (E) em seu diverso de atuação, especialmente visando o Desenvolvimento Sustentável, através de um equilíbrio Ecológico (E) em prol do benefício Social equitativo mediante uma Governança na totalidade, transversalidade e transparência.



Acesse o episodio Completo

MUBECAST

#9

A CONEXÃO ENTRE ESG E O TRABALHO DECENTE GERANDO PROPÓSITO PARA A VIDA

Por Bruno Moreno

Especialista em Psicologia do Trabalho e Gestão de Pessoas

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

A entrevista parte da constatação de que o mercado de trabalho mudou profundamente nas últimas décadas: antes, as pessoas construíam carreiras lineares e estáveis, muitas vezes permanecendo décadas na mesma função; hoje, o profissional precisa ser multifuncional, adaptável e continuamente capacitado, acumulando competências técnicas, digitais e comportamentais.
O professor destaca que essa transformação cria novas exigências para os jovens, que entram em um mercado muito mais competitivo, dinâmico e pressionado por produtividade, tecnologia e constante reinvenção. Nesse contexto, ESG deixa de ser apenas uma agenda corporativa ambiental e passa a dialogar fortemente com as relações humanas no trabalho. O conceito de trabalho decente, alinhado à Agenda 2030 da ONU, aparece como eixo central, defendendo que o trabalho precisa garantir dignidade, segurança, justiça econômica, bem-estar e sustentabilidade humana.

A conversa explora também os impactos da chamada “uberização” e da plataformização da economia. O debate mostra que a tecnologia, por si só, não é o problema; o ponto crítico está na forma como as relações de trabalho são estruturadas. O caso de motoristas de aplicativo é usado como exemplo: embora haja flexibilidade e autonomia, permanecem dúvidas sobre remuneração justa, proteção social e equilíbrio entre liberdade e precarização. O professor argumenta que ESG aplicado ao trabalho exige uma lógica preventiva, buscando evitar *burnout*, sofrimento psicológico, injustiças e relações exploratórias antes que elas ocorram.

Acesse o episodio Completo

Outro ponto importante é a identificação de sinais concretos de empresas comprometidas com trabalho digno. Entre eles, comunicação clara sobre expectativas, transparência sobre crescimento profissional, definição objetiva de responsabilidades e relações baseadas em confiança e reciprocidade. A percepção de justiça organizacional surge como fator-chave para retenção, engajamento e sustentabilidade corporativa. O professor reforça que não é possível falar de ambiente de trabalho saudável sem discutir remuneração, justiça nas relações de troca, estrutura organizacional, políticas públicas e sustentabilidade econômica. Em outras palavras, o conceito de trabalho decente extrapola o ambiente físico da empresa e alcança toda a arquitetura do sistema econômico que define como o trabalho é organizado, remunerado e protegido.

Essa visão se conecta diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, especialmente ao compromisso global de promover crescimento econômico sustentável, emprego produtivo e trabalho digno para todos. A discussão reforça que, mesmo em um cenário de intensa automação, inteligência artificial e digitalização, o ser humano continua no centro da equação produtiva. Máquinas automatizam processos, algoritmos aceleram decisões e plataformas digitais reorganizam cadeias produtivas, mas ainda existe a figura central do trabalhador, que sente pressão, sofre desgaste, precisa gerar renda e busca dignidade.

A conversa avança para um ponto extremamente contemporâneo: o impacto psicológico e emocional das novas exigências do mercado de trabalho. O debate levanta a percepção de que as descrições de vagas profissionais se tornaram tão amplas e exigentes que, muitas vezes, geram ansiedade antes

Acesse o episodio Completo

mesmo da entrada no mercado. O profissional moderno frequentemente se depara com expectativas de múltiplas competências técnicas, domínio digital, capacidade analítica, comunicação, flexibilidade, liderança e adaptação constante. Esse cenário pode gerar sensação de inadequação, insegurança e exaustão antecipada. Nesse contexto, surge uma conexão direta com fenômenos como burnout, estresse ocupacional e desgaste emocional, que deixam de ser apenas questões individuais para serem interpretados como sintomas de modelos organizacionais e econômicos mais amplos.

O professor Bruno faz uma distinção importante: promover trabalho decente não significa simplesmente tratar doenças ocupacionais quando elas aparecem, mas sim estruturar mecanismos preventivos. A lógica defendida é semelhante à medicina preventiva: melhor evitar o adoecimento do que apenas administrar seus efeitos. Aplicado ao trabalho, isso significa criar culturas organizacionais que reduzam fatores de risco, previnam assédio, diminuam ambiguidade, promovam equilíbrio emocional e reduzam pressões destrutivas. O trabalho digno, portanto, é preventivo, estratégico e estrutural — e não apenas corretivo.

Na conclusão, a responsabilidade pelo trabalho decente é apresentada como compartilhada. Empresas, governos, gestores públicos, lideranças e indivíduos possuem papéis complementares na construção de ambientes mais sustentáveis. Entretanto, o contexto organizacional continua sendo determinante, porque define incentivos, limites e oportunidades.

A reflexão final amplia ainda mais essa visão ao conectar trabalho digno ao empreendedorismo.

Acesse o episodio Completo

MUBECAST

#10

O QUE ESPERAR DO FUTURO?

Por Vinicius dos Santos

Economista, PhD em Finanças Corporativas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM, Brasil) e Universidade da Beira Interior (UBI, Portugal). Mestre em Negócios Internacionais pela MUST Univeristy (MUST, EUA). Pesquisador Institucional na MUST e Professor Doutor na linha de Finanças e Métodos Quantitativos na UPM.

MUST UNIVERSITY
FLORIDA - USA

MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.

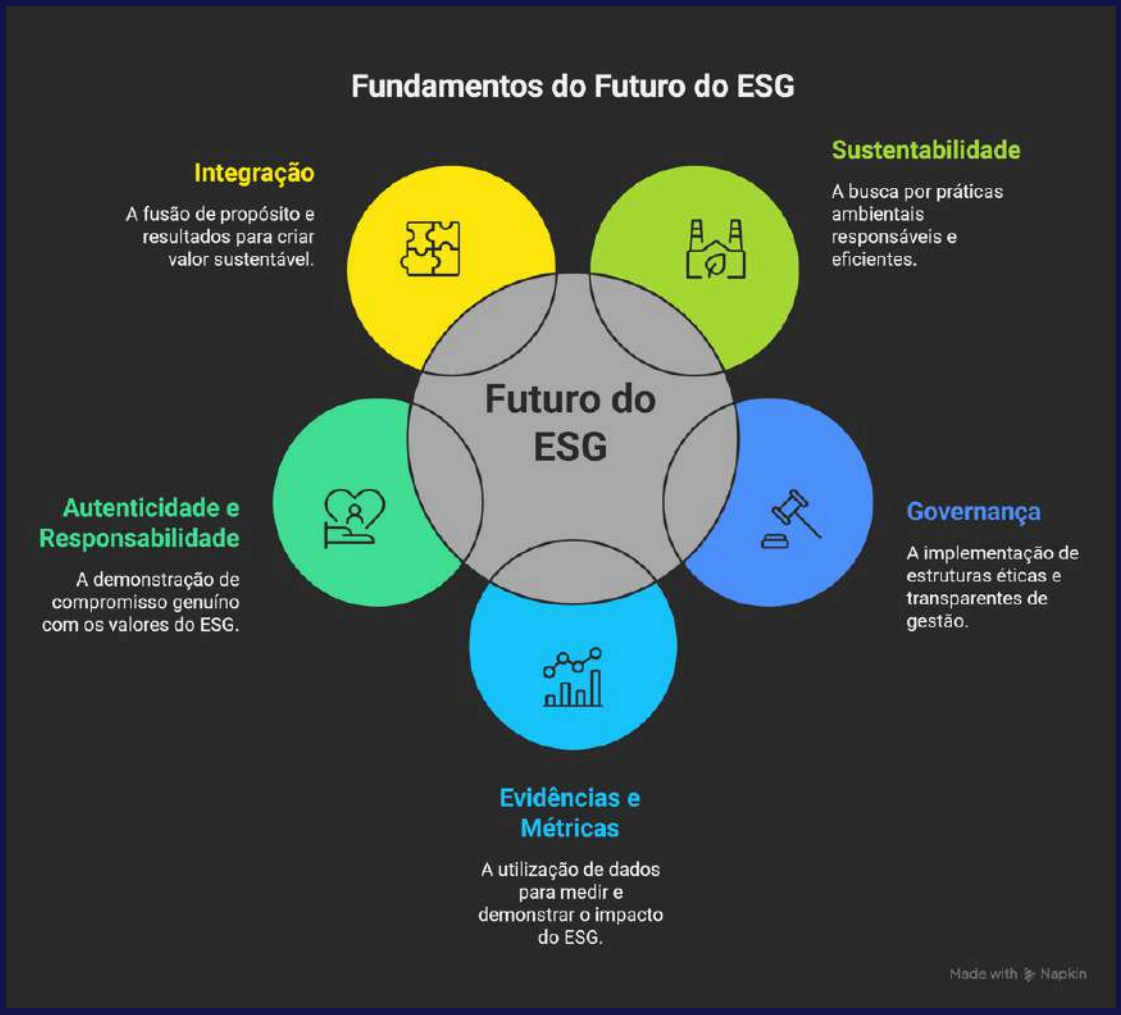
O décimo episódio do MUBEcast promove uma reflexão crítica sobre o ESG (Environmental, Social and Governance) no contexto contemporâneo dos negócios, discutindo seus avanços, desafios, impactos e controvérsias. Com a participação do Prof. Vinicius dos Santos, o podcast aborda como o ESG deixou de ser apenas uma tendência corporativa para se tornar um elemento estratégico ligado à reputação, sustentabilidade e governança das organizações. O debate enfatiza que, diante de consumidores e investidores cada vez mais atentos, empresas precisam demonstrar coerência entre discurso e prática, indo além de campanhas de marketing e assumindo compromissos reais com responsabilidade ambiental, social e ética corporativa.

Entre os principais pontos discutidos, destaca-se a preocupação com práticas enganosas como o greenwashing e o socialwashing, fenômenos em que organizações simulam ações sustentáveis ou sociais sem gerar impactos concretos. O episódio analisa como identificar essas distorções e ressalta a importância da transparência, da mensuração de resultados e da governança ética para evitar fraudes de imagem e preservar a credibilidade institucional. Além disso, o podcast discute os efeitos reais do ESG dentro das empresas, mostrando como essas práticas influenciam cultura organizacional, competitividade, inovação, relacionamento com stakeholders e tomada de decisão estratégica.

Por fim, o episódio apresenta uma visão prospectiva sobre o futuro do ESG, indicando que sustentabilidade e governança tendem a se tornar pilares permanentes da gestão empresarial.

Acesse o episodio Completo

O debate sugere que o ESG caminha para um modelo mais maduro, baseado em evidências, métricas e impacto mensurável, exigindo das organizações maior autenticidade, responsabilidade e integração entre propósito e resultados. Dessa forma, o podcast provoca uma reflexão essencial: o ESG será apenas uma narrativa corporativa de reputação ou realmente representará uma transformação estrutural na forma como empresas geram valor para a sociedade?



Acesse o episodio Completo

Spotify

Não acabamos por aqui

NOS VEMOS NA PRÓXIMA

Encerramos esta primeira edição da Revista MUBE com a certeza de que os debates sobre ESG, inovação, sustentabilidade e transformação digital continuarão ocupando posição central nas organizações e na sociedade nos próximos anos. Esperamos que os conteúdos apresentados tenham ampliado perspectivas, provocado reflexões e inspirado novas ideias para pesquisadores, profissionais, gestores e estudantes comprometidos com a construção de um futuro mais sustentável e inovador.

Agradecemos por fazer parte desta jornada de conhecimento e convidamos você a acompanhar a próxima edição da Revista MUBE, que trará novos temas emergentes e discussões inovadoras sobre o universo dos negócios, tecnologia, educação e transformação global. O futuro está em constante movimento e continuaremos explorando juntos os caminhos dessa transformação.

Acompanhe nosso site clicando AQUI!

MUST University®: licensed by Florida Commission for Independent Education. License: 5593.